

Política Americana

O Movimento Intelectual Conservador na América: Ontem e Hoje

Há uns anos, o colunista de tecnologia do *New York Times*, David Pogue, fez uma lista das cinco fases da dor da perda de ficheiros informáticos: negação, raiva, negociação, depressão e mudar-se para o campo *Amish*. Parece uma boa descrição do estado de espírito que domina muitos conservadores americanos actualmente.

TRADUZIDO POR **Leonor Barroso**

Será que os conservadores perderam os seus “ficheiros informáticos”? Em reacção à nossa actual convulsão política, muitos analistas consideraram que sim. Mas antes de podermos avaliar a situação difícil em que se encontra hoje o conservadorismo, é necessário percebermos como se chegou até aqui. Tenciono fazê-lo do ponto de vista da história intelectual do conservadorismo americano depois da Segunda Guerra Mundial, momento em que ganhou forma a comunidade conservadora tal como a conhecemos.

O conservadorismo americano moderno não é, nem nunca foi, monolítico. É uma coligação, com vários pontos de partida e diversas tendências, que nem sempre são facilmente conciliáveis.



POR
George Nash

Fellow da Hoover
Institution,
Universidade de
Stanford

No fim da Segunda Guerra Mundial, não existia, nos Estados Unidos, uma força intelectual conservadora articulada e coordenada. Havia, na melhor das hipóteses, vozes de protesto dispersas. Algumas delas eram profundamente pessimistas em relação ao futuro do seu país e estavam convencidas de que constituíam um resquício isolado, do lado errado da história. História, de facto,

parecia ser o que a Esquerda estava a fazer. A Esquerda – liberais, socialistas, e até comunistas – parecia controlar plenamente o século XX.

No rescaldo da guerra, não havia um renascimento de direita, mas três, cada qual reagindo de forma distinta aos desafios da Esquerda. O primeiro destes grupos era composto por liberais clássicos e libertários, resistindo à ameaça à liberdade individual por parte de um Estado colectivista em permanente expansão. Convencidos, nos anos 40, de que a América depois do *New Deal* estava a ser arrastada a grande velocidade para a planificação central e o socialismo – ao longo daquilo que Friedrich Hayek celebrizou como “o caminho para a servidão” –, estes intelectuais ofereceram uma defesa vigorosa da economia de mercado livre. Depois do longo pesade-

lo da Grande Depressão, eles ajudaram a tornar novamente defensáveis verdades antigas que muitos tinham visto como um fracasso do capitalismo.

Simultaneamente, surgiu na América uma segunda corrente de pensamento em oposição ao liberalismo moderno, independente dos liberais clássicos: o chamado “tradicionalismo”, de autores como Richard Weaver, Peter Viereck e Russell Kirk. Horrorizados com o totalitarismo, a guerra total e o desenvolvimento de uma sociedade de massas secular e desenraizada durante as décadas de 30 e 40, os tradicionalistas (como ficariam conhecidos) insistiam num regresso aos absolutos religiosos e éticos tradicionais e numa rejeição do relativismo moral que, a seu ver, tinha corroído a civilização ocidental e tinha produzido um vazio intolerável, preenchido pelas ideologias demoníacas em marcha. Mais voltados para a Europa e, de maneira geral, com maior inclinação para a história do que os liberais clássicos, e com menor interesse pela economia do que estes, os conservadores tradicionalistas enalteciam a sabedoria de pensadores como Edmund Burke e exigiam uma restauração da ortodoxia religiosa, o ensino clássico da lei natural e instituições comunitárias intermédias entre o cidadão individual e o Estado poderoso. Porque é que defendiam isso? De forma a regenerar e cultivar o deserto espiritual criado pelo liberalismo secular e por falsos deuses, cuja entrada este possibilitara.

Do monumental volume de Russell Kirk *The Conservative Mind (A Mentalidade Conservadora)*, os tradicionalistas obtiveram algo mais: uma genealogia intelectual e respeitabilidade intelectual. Depois do aparecimento do livro de Kirk, os conservadores contemporâneos já não podiam ser rejeitados, como John Stuart Mill tinha rejeitado os conservadores de Inglaterra um século antes, como “o partido estúpido”. De facto, sem o livro revigorante de Kirk, a comunidade intelectual conservadora das três últimas gerações poderia nunca ter conseguido a sua identidade e o seu nome.

Em terceiro lugar, apareceu, nas décadas de 40 e 50, no romper da Guerra Fria, um anticomunismo militante e evangelista, formado por um conjunto de ex-comunistas e outros antigos radicais dos anos 30, incluindo os icónicos *Whittaker Chambers*. Estes homens e

mulheres, anteriormente da extrema-
-Esquerda, com os seus aliados, trouxeram à Direita Americana do pós-guerra uma profunda convicção – de que a América e o Ocidente estavam a travar uma batalha titânica com um adversário implacável, o Comunismo – o qual não procurava senão a conquista do mundo.

Cada uma destas vertentes emergentes do ressurgimento do conservadorismo partilhava uma profunda antipatia pelo liberalismo do século XX. Para os libertários, o liberalismo moderno – o liberalismo de Franklin Roosevelt e dos seus sucessores – era a ideologia do Estado-Providência burocrático e em constante crescimento, que, sem controlo, se tornaria num estado colectivista e totalitário, destruidor da liberdade individual e da esfera da vida privada. Para os tradicionalistas, o liberalismo moderno era uma filosofia intrinsecamente corrosiva, que estava a absorver, como um ácido, não apenas as nossas liberdades, mas também os alicerces morais e religiosos de uma sociedade saudável e tradicional, e, desse modo, a criar um enorme vazio espiritual no qual o totalitarismo podia entrar. Para os anticomunistas da Guerra Fria, o liberalismo moderno ou progressismo – racionalista, relativista, secular, anti-tradicional e praticamente socialista – era, pela sua própria natureza, incapaz de oferecer uma resistência forte a um inimigo à sua esquerda. Para eles, o liberalismo era parte da Esquerda e não podia rejeitar, de forma eficaz, um adversário com o qual partilhava tantos pressupostos básicos. Como, enfim, declarou, de forma incisiva, o estratega do conservadorismo James Burnham, o liberalismo era essencialmente um meio para a reconciliação do Ocidente com a sua própria destruição. O liberalismo – afirmou – era a ideologia do suicídio ocidental.

Na década de 50 e início da década 60, os três grupos independentes da revolta conservadora contra a Esquerda começaram a fundir-se em torno da *National Review*, fundada por William F. Buckley Jr. em 1955. Além do seu extraordinário talento como escritor e intelectual público, Buckley personificava cada uma das inclinações na coligação que então se desenvolvia. Era simultaneamente um cristão tradicional, um defensor da economia de mercado livre

e um fervoroso anticomunista.

Contudo, enquanto esta fusão sobrevinha, surgiu um desafio sério à identidade conservadora: uma crescente e permanente tensão entre os libertários e os tradicionalistas. Para os libertários, o bem maior na sociedade era a liberdade individual, a emancipação do indivíduo independente de constrangimentos externos (sobretudo do governo). Para os tradicionalistas (que eram, tendencialmente, mais direccionados para a religião do que a maioria dos libertários), o bem social supremo não era a liberdade sem freios, mas uma liberdade ordenada, fundada na comunidade e assente no culto da virtude na alma individual. Segundo defendiam os tradicionalistas, esse culto não surgia espontaneamente. Era necessário o reforço das instituições intermédias (como escolas, igrejas, sinagogas) e, por vezes, do próprio governo.

Previsivelmente, este conflito de pontos de vista gerou uma enorme controvérsia na Direita Americana no início da década de 60, enquanto os intelectuais conservadores procuravam organizar os seus princípios fundamentais. A disputa ficou conhecida como o debate Liberdade *versus* Virtude. Coube a um antigo comunista e principal ideólogo da *National Review*, Frank Meyer, formular uma via média, que ficou conhecida como fusionismo. De forma sucinta, Meyer defendia que o principal objectivo do indivíduo livre devia ser a busca de uma vida virtuosa, livre e sem o auxílio do Estado.

Como construção puramente teórica, o fusionismo de Meyer não convenceu todos os seus críticos, quer na altura, quer mais tarde. Mas como fórmula para a acção política e como uma compreensão do verdadeiro carácter do conservadorismo americano, o seu projecto teve bastante sucesso. Ensinou aos puristas libertários e tradicionalistas que eles precisavam uns dos outros e que o conservadorismo americano não se deve tornar doutrinário. Não pode defender, nem o anti-estatismo dogmático, num extremo, nem o autoritarismo moral, no outro, mas uma sociedade na qual as pessoas sejam livres de escolher e que, simultaneamente, tenham o desejo de escolher o caminho da virtude.

Para chegarem a este *modus vivendi*, os arquitectos do fusionismo foram muitíssimo auxiliados pelo terceiro elemento

da coligação que se desenvolvia: o anti-comunismo, um ponto de vista passível de ser partilhado por quase toda a gente. A presença, no mundo, de um inimigo externo perigoso – a União Soviética, o adversário mortal da liberdade e da virtude, da autonomia e da fé – foi, para o movimento conservador emergente, um cimento crucial e uniformizador.

Do ponto de vista político, a Direita Americana do pós-guerra tal como a descrevi encontrou a sua primeira expressão nacional na campanha presidencial do Senador Barry Goldwater em 1964. Pouco depois dessa eleição, entrou na cena intelectual um novo impulso, que se haveria de tornar o quarto componente da coligação conservadora. Refiro-me ao fenómeno conhecido como neoconservadorismo. A definição de Irving Kristol transmite a sua essência originária: “Um neoconservador” – afirmou – “é um liberal que foi assaltado pela realidade.” E eventualmente conhecerão a definição de um neoliberal: um liberal que foi assaltado pela realidade mas que se recusa a apresentar queixa. De qualquer modo, o percurso intelectual de vários liberais e sociais-democratas em direcção a posições e filiações conservadoras foi um dos acontecimentos notáveis do final dos anos 60 e 70. No início da década de 80, muitos deles estavam a participar na Revolução Reagan.

Entretanto, outro acontecimento – que haveria de ter grandes consequências políticas – começou a ganhar forma no final dos anos 70: o “grande despertar” popular daquela que veio a ser conhecida como a Direita Religiosa, ou (mais recentemente) os conservadores sociais. Convencida de que sociedade americana se encontrava num estado de declínio moral vertiginoso e de que aquilo a que chamavam humanismo secular – por outras palavras, liberalismo moderno – era a causa fundamental e o agente desta decadência, a Direita Religiosa exortou os seus seguidores, até então adormecidos, a entrarem na cena pública em defesa do seu código moral e modo de vida tradicionais. O panorama político, especialmente no Partido Republicano, transformou-se.

No fim do segundo mandato do Presidente Ronald Reagan, em 1989, a Direita Americana tinha crescido ao ponto de incluir cinco inclinações distintas: libertarianismo, tradicionalismo, anticomunismo,

neoconservadorismo e a Direita Religiosa. E tal como Buckley tinha feito para os conservadores na geração anterior, Reagan desempenhou uma função emblemática e ecuménica na década de 80 – uma função fusionista, concedendo a cada facção um lugar à mesa e um sentimento de sucesso.

Contudo, na década de 80, precisamente enquanto os conservadores deixavam gradualmente o deserto por uma terra prometida nos confins de Washington, o mundo que desejavam conquistar estava a mudar de formas que ameaçavam o seu novo poder. Façam esta a pergunta a vós mesmos: Qual foi a data mais significativa das nossas vidas, do ponto de vista histórico? 11 de Setembro de 2001? Talvez. Mas a outra data que certamente o



Em 1989, a Direita Americana tinha crescido ao ponto de incluir cinco inclinações distintas: libertarianismo, tradicionalismo, anticomunismo, neoconservadorismo e a Direita Religiosa

foi é a de 9 de Novembro de 1989, a noite em que o Muro de Berlim caiu.

Desde 1989, desde a queda do Comunismo na Europa e o fim daquilo a que Ronald Reagan chamou o “império do mal”, uma das marcas na história do Conservadorismo foi o reaparecimento de correntes sectárias dentro da grande aliança. Uma fonte de animosidade tem sido a constante disputa entre os neoconservadores e os não-intervencionistas, críticos daqueles a respeito da política externa do pós-Guerra Fria. Outra linha fracturante divide muitos libertários e conservadores sociais a respeito de questões como a legalização das drogas e o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Além destas tensões filosóficas inerentes, duas ocorrências fundamentais da vida política explicam o reaparecimento destes debates internos nos últimos anos. O primeiro é aquilo a que chamo os “perigos da prosperidade”. Desde 1980, o conservadorismo alcançou a prosperidade, e, com ela, uma grande quantidade de nichos de mercado e especialização em milhares de frentes. Mas, com a prosperidade, veio também a rivalidade fraterna, o tribalismo e um enfraquecimento daquilo a que chamo “movimento consciência”. A “grande conspiração de direita” (como Hillary Clinton a designou) cresceu demasiado para que uma única instituição ou revista, como a *National Review* na sua fase inicial, possa servir como guardião e estado-maior do movimento. O conservadorismo americano já não tem uma figura dominante e ecuménica como Buckley ou Reagan.

Subjacente a estes impulsos centrífugos, encontra-se um fenómeno que não existia há 25 anos: aquilo a que Charles Krauthammer recentemente chamou a “híper-democracia” das redes sociais. No universo do ciberespaço em constante expansão, ninguém pode ser um guardião eficiente, uma vez que não há portas para guardar.

A segunda ocorrência fundamental da vida política que explica o reatar da tensão na Direita foi o fim admirável da Guerra Fria. Surgiu, então, inevitavelmente a questão: seria possível um movimento tão identificado com o anticomunismo sobreviver ao desaparecimento do adversário comunista no Kremlin? Sem um inimigo externo comum, tornou-se mais fácil para antigos aliados à direita cederem à desgraça de todas as coligações: a tentação do sectarismo. Trata-se de uma autocomplacência muito facilitada pela chegada da Internet.

O movimento intelectual conservador não desapareceu na década de 90, evidentemente. Todavia, é inegável que grande parte da cola que unia a coligação conservadora do pós-1945 era fornecida por um anticomunismo obstinado, e que a dissolução do comunismo na Europa enfraqueceu o imperativo fusionista dos conservadores americanos.

Um dos primeiros sinais disto foi o aparecimento de um grupo de tradicionalistas conservadores designados “paleo-conservadores”, na década de 80



e início da década de 90. Inicialmente, o paleo-conservadorismo foi uma resposta à crescente proeminência, dentro do conservadorismo, dos primeiros liberais e sociais-democratas, conhecidos como neo-conservadores. Para os paleo-conservadores exasperados, sob a liderança de Patrick Buchanan, entre outros, os neo-conservadores eram “intrusos”, que, apesar da recente deslocação para a direita, permaneciam, no fundo, Wilsonianos seculares em campanha, que acreditavam no Estado-Providência. Por outras palavras, segundo defendiam os “paleo”, eles não eram, de todo, conservadores.

Com o desaparecimento da Guerra Fria, o paleo-conservadorismo introduziu uma nota dissonante na conversação conservadora. Ferozmente e provocadoramente nacionalista (por oposição a “internacionalista”), céptico a respeito da “democracia global” e dos vínculos externos do pós-Guerra Fria, receoso do impacto da imigração do Terceiro Mundo na cultura americana historicamente centrada na Europa, e abertamente crítico da doutrina do comércio livre global, o paleo-conservadorismo fazia, cada vez mais, lembrar muito da Direita Americana antes de 1945 – isto é, antes do início da Guerra Fria. Quando Buchanan fez campanha para presidente em 1992, com o *slogan* isolacionista pré-Pearl Harbor de “Primeiro a América”, o simbolismo parecia deliberado e completo.

Apesar do furor inicial em torno dos paleo-conservadores, estes permaneceram uma facção relativamente reduzida dentro da comunidade conservadora. Ainda assim, enquanto a época do pós-Guerra Fria se instalava, durante os anos 90, eles não estavam sozinhos, entre os conservadores, na procura de novas fontes de unidade – um novo fusio-nismo, por assim dizer, para uma nova era. Assim, nos últimos anos, temos ouvido falar de um “conservadorismo compassivo”, “conservadorismo reformador” e “conservadorismo constitucional”, entre outras formulações.

O conservadorismo americano, segundo o descrevi neste ensaio é, pois, acima de tudo, uma coligação. E, como todas as coligações, contém em si mesmo o potencial para se fragmentar – e talvez isto nunca tenha sido tão verdadeiro como agora.

Pois à medida que a Guerra Fria e as suas polaridades habituais continuam a esbater-se na memória comum, o vazio está a ser preenchido por novas tendências e conflitos. Considere-se este dado: está actualmente em circulação um maior número de pessoas do que em qualquer outro momento da história da humanidade, e cada vez mais de entre estas têm como destino a América. Por exemplo, o número de estudantes internacionais a frequentar as faculdades e universidades americanas já é superior a um milhão por ano – mais do que

o triplo relativamente a 1980. Mais de 800.000 destes estudantes vêm da China. Além disso, os Estados Unidos estão neste momento a aceitar um milhão de imigrantes por ano como residentes permanentes e legais – mais do que qualquer outro país do mundo.

Esta mistura sem precedentes, não apenas de bens e serviços, mas de povos e culturas, à escala mundial, está a tornar-se mais célere, e com consequências que mal começámos a perscrutar. Entre elas: o aparecimento, nos últimos anos, de uma sensibilidade pós-nacional, até mesmo antinacional, entre as nossas elites progressistas e jovens mergulhados no multiculturalismo. Para os conservadores que acreditam no excepcionalismo americano, trata-se de um desenvolvimento perturbador.

Isto traz-nos ao fenómeno do momento: o populismo insurgente na Esquerda e na Direita. No seu sentido mais imediato, há muito que o populismo – definido como a revolta das pessoas comuns contra as elites dominantes que se servem a si próprias – existe na política americana. Na sua expressão mais comum, o populismo tem tido uma ideologia de esquerda, procurando atingir, como vilões, banqueiros, capitalistas ricos e corporações – “milionários e bilionários”, na linguagem de Bernie Sanders.

Mas o populismo na América também assumiu, por vezes, uma fisionomia conservadora. Nas décadas de 70 e 80, fê-lo sob a liderança de Ronald Reagan, que articulou brilhantemente uma aversão populista e libertária ao governo intrometido e que não presta contas. Se o populismo de esquerda teve tradicionalmente como alvo o as grandes fortunas, a elite empresarial barricada em Wall Street, o populismo de direita, na sua expressão à maneira de Reagan e do *tea-party*, concentrou a raiva nos grandes governos – a elite progressista do sector público escondida em Washington.

Até há uns meses atrás, parecia-me que as eleições de 2016 poderiam tornar-se um confronto entre estas duas formas de populismo concorrentes, no seguimento da Grande Recessão de 2008. E venceria, pensava eu, o partido que melhor explicasse as causas da Grande Recessão de 2008 e dos anos de mal-estar que se seguiram. O que eu não previ antes do Verão passado foi a erupção vulcânica, em 2015, de um novo tipo

de populismo ainda mais revoltado, um híbrido a que chamarei *Trumpismo*.

Do ponto de vista político, os antecedentes do *Trumpismo* podem encontrar-se nas campanhas presidenciais de Ross Perot e Patrick Buchanan, na década de 90. Do ponto de vista intelectual, o *Trumpismo* é manifestamente parecido com a concepção anti-intervencionista, avessa à globalização e restritiva da imigração, ao estilo do slogan “Primeiro a América”, propagada por vários paleo-conservadores a partir da década de 90. Não é por acaso que Buchanan, por exemplo, está radiante com a candidatura de Donald Trump. Em vez descarregar a cólera apenas nas elites de esquerda, como fez o populismo conservador ao estilo de Reagan e do *tea-party*, o tipo de populismo de Trump ataca, simultaneamente, as elites conservadoras, incluindo o movimento intelectual conservador ao estilo de Buckley e Reagan, que descrevi anteriormente. Em particular, o *Trumpismo* corta deliberadamente com o internacionalismo conservador do tempo da Guerra Fria e com a ortodoxia defensora do mercado livre e de uma economia centrada na oferta que dominou as políticas republicanas desde 1980.

Então, que espécie de “animal bruto” é este, “cuja hora finalmente chega”? Numa abordagem analítica, creio que estamos a testemunhar um estágio inicial do nascimento de um fenómeno político nunca antes visto neste país: um grande partido ideologicamente confuso e nacionalista-populista, que combina elementos de esquerda e de direita. Nos seus traços gerais e nas preocupações de políticas públicas, é, em certa medida, semelhante à Frente Nacional em França, ao Partido da Independência do Reino Unido (*UKIP*) na Grã-Bretanha, o partido Alternativa para a Alemanha (*AfD*) e movimentos de protesto semelhantes na Europa. Muitos destes partidos insurgentes são convencionalmente classificados como sendo de direita, mas, do ponto de vista económico, alguns deles são claramente estatistas e defensores do Estado-Providência – tal como é o *Trumpismo*, em certos aspectos. Quase todos respondem à estagnação económica persistente, aos padrões de migração global fortemente prejudiciais, e aos terroristas fanáticos com desígnios globais e capacidades letais. Os

nativos, tanto na Europa como na América estão descontentes – e praticamente pelas mesmas razões. O *Trumpismo* e os seus equivalentes europeus também estão a ser motivados por outro factor: uma convicção cada vez mais profunda de que as elites que governam não têm nem a competência nem a vontade necessárias para melhorar as coisas. Quando Donald Trump irrompeu no panorama político no Verão passado, muitos analistas verificaram que um motivo da sua atracção imediata foi a transgressão ousada dos limites do aceitável no discurso político. Quanto mais os transgredia, mais parecia crescer a sua popularidade, especialmente entre os que não tiveram educação superior.

O que estava a acontecer aqui? O crescimento do *Trumpismo* no último ano pôs em evidência uma cisão potencialmente perigosa na nossa política: não tanto entre a Esquerda e a Direita tradicionais, mas antes (como alguém disse) entre os que estão acima e os que estão abaixo na escala socioeconómica. Muitos dos que estão abaixo encontraram em Donald Trump uma voz para expressar a sua indignação contra aquilo que consideram ser a ignorância total e a condescendência dos seus “superiores”.

No último ano, estas tensões desencadearam uma guerra civil ideológica à direita. À medida que o debate se desenvolveu, muitos intelectuais conservadores tentaram incorporar aquilo que vêem como as lamentações legítimas expressas pelos apoiantes de Trump. Mas os conservadores divergem profundamente na avaliação que fazem do fenómeno em si mesmo e do homem que se tornou o seu defensor. Para os conservadores do movimento “Trump nunca”, que juraram nunca votar nele em quaisquer circunstâncias, Trump é, na melhor das hipóteses, um ignorante e um apregoador das festas de Carnaval, e, na pior das hipóteses, um profascista intimidatório. Para muitos do outro lado da Grande Divisão, a ameaça não é Trump, mas um “poderio instalado” conservador alegadamente decadente e intransigente, e eles estão a atacá-lo ferozmente. Ao esforço de reconfigurar radicalmente o conservadorismo com contornos nacionalistas-populistas, junta-se um conjunto de dissidentes agressivos chamados a “direita alternativa” ou “*alt-right*”, muitos dos quais abraçam abertamente a causa

do nacionalismo branco e políticas de identidade branca.

É um acontecimento extraordinário, que já conduziu àquilo que apenas pode ser descrito como uma luta pela mente e a alma do conservadorismo americano. Nestas circunstâncias conturbadas, seria insensato fazer profecias sobre o resultado. Basta dizer que, em todos os meus anos como historiador do conservadorismo, nunca vi tanta divergência na Direita como a que existe actualmente.

Ora, alguns podem ver nesta cacofonia um sinal de vitalidade, e eventualmente revelar-se-á como tal. Mas, mais do que nunca, os conservadores precisam de mentes e de vozes. Neste período de descontentamento, pode ser útil que os conservadores se afastem por um momento e pensem: O que querem os conservadores? O que devem querer? Regressando ao essencial, talvez os intelectuais conservadores possam trazer de volta alguma clareza e direcção ao debate.

O que querem os conservadores de hoje? Em termos gerais, diria que querem o que praticamente todos os conservadores, desde 1945, quiseram: querem ser livres, viver vidas virtuosas e com sentido, e querem estar protegidos de ameaças, tanto fora como dentro das nossas fronteiras. Querem viver numa sociedade cujo governo respeita e promove essas aspirações, deixando, ao mesmo tempo, as pessoas em paz. Liberdade, virtude e segurança: objectivos que se reflectem nas dimensões libertária, tradicionalista e de segurança nacional do movimento conservador, tal como ele se desenvolveu ao longo dos últimos 70 anos. Por outras palavras, existe pelo menos algum fusionismo em quase todos nós. Poderá ser uma base.

Há já três gerações que os conservadores se comprometeram com a defesa dos fundamentos intelectuais e espirituais da civilização ocidental: os recursos necessários para uma existência humana. Os conservadores sabem que, na vida, todos começamos como “animais brutos” que precisam de ser educados para a liberdade, se quisermos garantir os seus benefícios. Eleições vêm e vão, mas este trabalho mais vasto prossegue.

Independentemente do desenrolar dos acontecimentos políticos, nos próximos meses turbulentos, que os conservadores se lembrem da sua herança e se voltem a dedicar à sua missão. ■